



Demonstrações Financeiras Intermediárias

Porto Seguro Companhia
de Seguros Gerais

30 de junho de 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras intermediárias da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao período findo em 30 de junho de 2024.

NOSSO DESEMPENHO

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período findo em 30 de junho de 2024 R\$ 7.962,3 milhões, com aumento de R\$ 555,9 milhões, 7,5% em relação ao mesmo período anterior.

- **Despesas administrativas**

No período findo em 30 de junho de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 13,0%, com redução de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período anterior, o que indica o aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou no período findo em 30 de junho de 2024 R\$ 176,0 milhões, uma redução de R\$ 98,8 milhões, 36,0% em relação ao mesmo período anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no período findo em 30 de junho de 2024 foi de 88,7%, uma redução de 1,9 p.p. em relação aos 90,7% do mesmo período anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre foi de 86,8%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao período anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

- **Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido do período totalizou no período findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$ 717,4 milhões, um aumento de R\$ 10,0 milhões, 1,4%% em relação ao mesmo período. O lucro por ação não apresentou variação relevante entre os períodos, sendo R\$ 1,03 no período findo em 30 de junho de 2024 e R\$ 1,04 no período anterior.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

- **Impacto do desastre climático ocorrido no Rio Grande do Sul em abril de 2024**

Em 27/04/2024, uma catástrofe natural atingiu a região do Rio Grande do Sul, impactando significativamente tanto a infraestrutura quanto as comunidades locais. A Companhia apurou os efeitos desta catástrofe nas operações da Companhia, e conseqüentemente, os impactos financeiros. Os sinistros avisados até 31/05/2024 nas regiões afetadas pela catástrofe foi de R\$ 84,9 milhões, segregado abaixo para cada um dos negócios:

Produto	Valor
Residencial	3,3
Condomínio	0,3
Empresa	5,5
Riscos Diversos	0,7
Automóvel	112,1
Total	121,9

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do Grupo Porto está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O cenário econômico de 2024 mostra-se bastante difuso até o momento, com diferenças marcantes na avaliação do ambiente se comparamos o primeiro com o segundo trimestre do ano. Mantemos a perspectiva do início do ano, ainda que a aceleração inflacionária tenha forçado o atraso na concretização do retorno do PIB ao seu ritmo de expansão potencial, arrefecimento do mercado de trabalho e desaceleração da inflação em direção à meta.

Os dados de inflação do segundo trimestre foram notadamente mais alvissareiros sob a ótica da política monetária. Tanto o índice cheio da inflação como as aberturas subjacentes recuaram rapidamente e além do esperado, o que sugere que a pressão do primeiro trimestre tenha sido passageira e consequência, ao menos parcialmente, de sazonalidade residual. Ademais, há indicações relevantes de que a atividade econômica perdeu ímpeto se comparada ao segundo semestre do ano passado. Ainda que o PIB cresça a taxas positivas e não tenhamos indicação de uma recessão iminente, o ritmo de crescimento atual é mais consistente com a taxa estimada pelo FED como potencial, contribuindo assim para menor pressão inflacionária.

Assim, temos todas as indicações de que a taxa de juro no patamar atual é efetivamente restritiva. Nossa expectativa é que este cenário de equilíbrio se confirme durante o segundo semestre e permita que o FED retorne a taxa, a partir de setembro e em movimentos trimestrais, há um patamar de maior normalidade e consistente com a operação da economia no potencial.

Em relação ao que pode sensibilizar a política monetária, as propostas até agora apresentadas sugerem riscos altistas para a inflação no médio prazo, o que por sua vez limitaria a capacidade do FED de cortar os juros. Para o Brasil, o provável ambiente de menos juros nos EUA ajuda a reduzir a pressão do câmbio, mas os fatores centrais por trás da recente desvalorização do real são intrinsicamente domésticos. A economia segue apresentando resultados satisfatórios, com o PIB projetado para o ano de 2024 crescendo 2%. A taxa de desemprego encontra-se nos níveis mais baixos da última década, com a inflação realizada ainda distante, porém se aproximando da meta.

No entanto, a trajetória fiscal está longe de ser animadora. O arcabouço fiscal apresentado pelo governo em 2023 contém um componente que leva a constante aumento dos gastos. Se não compensado por aumento da arrecadação, o resultado primário tende a ser deficitário. Como a preferência revelada do governo sugere que o aumento do espaço de gastos será utilizado em sua completude e as medidas de aumento de arrecadação já parecem esgotadas, é natural supor que a meta de déficit zero defendida pelo Ministério da Fazenda não será cumprida.

Os riscos relacionados à economia doméstica, considerando-se a materialização do cenário esperado para a economia internacional, são claros: novas rodadas de piora fiscal reforçam a tendência de desvalorização do câmbio, aumentam as expectativas de inflação e, tudo mais constante, tornam a taxa de política monetária atual (10,50%) menos restritiva e obrigam o Banco Central a reagir. Somado à persistente desancoragem das expectativas de inflação apuradas no boletim Focus e através de outras pesquisas, não há alternativa para a autoridade monetária que não manter uma postura cautelosa. Na ausência de novos choques como descrito nos parágrafos acima, o Banco Central deverá manter o juro no patamar de 10,5% até o final de 2025.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

A Administração

DIRETORIA

José Rivaldo Leite da Silva	Diretor Presidente
Lene Araújo de Lima	Diretor Vice-Presidente
Sami Foguel	Diretor Vice-Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos
Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados
Marcos Roberto Loução	Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros
Paulo Sérgio Kakinoff	CEO Seguros
Patricia Chacon Jimenez	COO (Chief Operating Officer) – Seguros
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Jaime Soares Batista	Diretor Produto Automóvel
Fábio Ohara Morita	Diretor Técnico
Eva Vazquez Montenegro Miguel	Diretora de Produção
Marcos Rogério Sirelli	Diretor de Tecnologia da Informação
Jarbas de Medeiros Baciano	Diretor de Produto – Ramos Elementares
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor de Produto – Seguros de Pessoas
Domingos de Toledo Piza Falavina	Diretor
Izak Rafael Benaderet	Diretor
Luiz Vicente Guaranha Lapenta	Diretor
Marcelo Sebastião da Silva	Diretor
Nelson Santos Aguiar	Diretor
Tiago Violin	Diretor

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1

Braúlio Felicíssimo de Melo
Atuário - MIBA nº 1588

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 22, em 30 de junho de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.133.371 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2024	Dezembro de 2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Circulante		11.150.602	11.396.934	Circulante		11.837.633	12.129.542
Disponível		19.795	59.484	Contas a pagar		1.076.166	1.327.200
Caixa e bancos		19.795	59.484	Obrigações a pagar	18.1	325.944	562.803
Equivalentes de caixa	7	139.252	51.171	Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	448.434	443.404
Aplicações financeiras	8	1.970.297	2.519.269	Encargos trabalhistas		125.509	107.106
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.429.561	6.146.871	Empréstimos e financiamentos	19	92.692	158.711
Prêmios a receber	9.1	6.309.494	6.012.216	Impostos e contribuições		74.633	50.908
Operações com seguradoras		71.719	100.495	Outras contas a pagar		8.954	4.268
Operações com resseguradoras		48.348	34.160	Débitos das operações com seguros e resseguros	21	725.092	680.254
Outros créditos operacionais		231.102	251.162	Prêmios a restituir		10.509	10.989
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	152.156	178.339	Operações com seguradoras		2.649	12.885
Títulos e créditos a receber		301.993	233.013	Operações com resseguradoras		66.319	83.819
Títulos e créditos a receber	10	75.171	81.021	Corretores de seguros e resseguros	21.1	572.457	530.814
Créditos tributários e previdenciários	11	70.647	43.458	Outros débitos operacionais		73.158	41.747
Outros créditos		156.175	108.534	Depósitos de terceiros	20	21.625	54.532
Outros valores e bens	12	118.262	179.891	Provisões técnicas - seguros	22	9.988.787	10.036.959
Bens à venda		21.747	80.092	Danos		9.137.836	9.239.859
Outros valores		96.515	99.799	Pessoas		450.931	426.197
Despesas antecipadas		109.130	110.132	Vida individual		400.020	370.903
Custos de aquisição diferidos	13	1.679.054	1.667.602	Outros débitos		25.963	30.597
Seguros		1.679.054	1.667.602	Débitos diversos	24	25.963	30.597
Não Circulante		9.810.228	9.778.895	Não Circulante		2.716.854	2.491.559
Realizável a longo prazo		5.355.591	5.138.392	Contas a pagar		512.918	434.672
Aplicações financeiras	8	2.572.699	2.537.059	Obrigações a pagar	18.1	96.414	90.578
Créditos das operações com seguros e resseguros		568.836	502.474	Tributos diferidos	11.1.3	336.473	333.566
Prêmios a receber	9.1	568.836	502.474	Empréstimos e financiamentos	19	80.031	10.528
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	9.027	12.557	Provisões técnicas - seguros	22	1.144.584	1.022.036
Títulos e créditos a receber		1.839.222	1.792.771	Danos		990.350	888.515
Títulos e créditos a receber	10	4.636	6.070	Pessoas		111.803	100.996
Créditos tributários e previdenciários	11	737.820	710.554	Vida individual		42.431	32.525
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.093.911	1.072.890	Outros débitos		1.059.352	1.034.851
Outros créditos		2.855	3.257	Provisões judiciais	23.1	951.959	928.403
Outros valores e bens	12	231.696	195.143	Débitos diversos	24	107.393	106.448
Despesas antecipadas		24.224	—	Patrimônio líquido	25	6.406.343	6.554.728
Custos de aquisição diferidos	13	109.887	98.388	Capital social		2.210.885	2.210.885
Seguros		109.887	98.388	Aumento/redução de capital (em aprovação)		1.423.914	1.423.914
Investimentos		2.677.057	2.860.059	Reservas de reavaliação		211	1.650
Participações societárias	15	2.677.057	2.860.059	Reservas de lucros		2.407.135	3.021.679
Imobilizado	16	268.562	277.156	Ajustes de avaliação patrimonial		(206.651)	(103.400)
Imóveis de uso próprio		11.987	12.094	Lucros acumulados		570.849	—
Bens móveis		131.771	140.371				
Outras imobilizações		124.804	124.691				
Intangível	17	1.509.018	1.503.288				
Outros intangíveis		1.509.018	1.503.288				
Total do ativo		20.960.830	21.175.829	Total do passivo e patrimônio líquido		20.960.830	21.175.829

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2024	Junho de 2023
Prêmios emitidos	26	7.962.324	7.406.381
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	12.705	(326.418)
Prêmios ganhos	26	7.975.029	7.079.963
Sinistros ocorridos	28	(3.921.301)	(3.636.520)
Custos de aquisição	29	(1.850.114)	(1.571.769)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(97.852)	(95.014)
Resultado com resseguro		(33.626)	(47.097)
Receitas com resseguro		33.142	29.969
Despesas com resseguro		(66.768)	(77.066)
Despesas administrativas	31	(981.903)	(916.869)
Despesas com tributos	32	(226.531)	(199.113)
Resultado financeiro	33	175.972	274.754
Resultado patrimonial		141.630	204.815
Resultado operacional		1.181.304	1.093.150
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(1.683)	(191)
Resultado antes dos impostos e participações		1.179.621	1.092.959
Imposto de renda	11.2	(167.815)	(116.515)
Contribuição social	11.2	(88.201)	(59.132)
Participações sobre o lucro		(206.182)	(209.921)
Lucro líquido do período		717.423	707.391
Quantidade de ações		698.593	677.378
Lucro líquido por ação - R\$	36	1,03	1,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Junho de 2024	Junho de 2023
Lucro líquido do período	717.423	707.391
Outros resultados abrangentes	(103.251)	104.296
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(97.565)	90.777
Efeitos tributários	39.026	(36.311)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	(35.751)	63.753
Efeitos tributários - controladas	14.300	(25.501)
Ajustes acumulados de conversão/outras	(23.261)	11.578
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	614.172	811.687

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/ redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.914.266	391.579	20.256	2.466.025	(203.519)	—	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	—	(307.789)	—	—	(307.789)
Aumento/redução de capital:								
PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 1.288		20.000	(20.000)	—	—	—	—	—
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.324		213.965	(213.965)	—	—	—	—	—
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.330		135.614	(135.614)	—	—	—	—	—
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.446		22.000	(22.000)	—	—	—	—	—
AGE de 14 abril de 2023		—	(1.094.959)	—	—	—	—	(1.094.959)
AGE de 30 de maio de 2023		—	877.473	—	—	—	—	877.473
Reserva de reavaliação								
Realização		—	—	(27.165)	—	—	27.165	—
Outros		—	—	9.586	—	—	—	9.586
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		—	—	—	37.942	—	—	37.942
Ações outorgadas controladora/controladas		—	—	—	(73.298)	—	—	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	104.296	—	104.296
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	707.391	707.391
JCP intercalares (R\$ 0,29 por ação)		—	—	—	—	—	(186.700)	(186.700)
Saldo em 30 de junho de 2023		3.305.845	(217.486)	2.677	2.122.880	(99.223)	547.856	5.662.549
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.679	(103.400)	—	6.554.728
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 e	—	—	—	(552.000)	—	—	(552.000)
Reserva de reavaliação								
Realização	25 c	—	—	(2.331)	—	—	2.331	—
Outros		—	—	892	—	—	—	892
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 f	—	—	—	53.077	—	—	53.077
Ações outorgadas controladora/controladas	25 f	—	—	—	(115.621)	—	—	(115.621)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 b	—	—	—	—	(103.251)	—	(103.251)
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	717.423	717.423
JCP intercalares (0,21 por ação)	25 e	—	—	—	—	—	(148.905)	(148.905)
Saldo em 30 de junho de 2024		2.210.885	1.423.914	211	2.407.135	(206.651)	570.849	6.406.343

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2024	Junho de 2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	717.423	707.391
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	113.235	91.791
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(864)	(4.454)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1.683	191
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(43.846)	409.533
Resultado de equivalência patrimonial	(147.942)	(204.815)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	513.332	(791.661)
Créditos das operações com seguros	(359.044)	(414.878)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	29.713	10.280
Créditos tributários e previdenciários	(27.189)	39.799
Ativo fiscal diferido	(27.266)	(18.588)
Despesas antecipadas	(23.222)	(19.254)
Depósitos judiciais e fiscais	(21.021)	(29.687)
Custos de aquisição diferidos	(22.951)	(56.191)
Outros ativos	71.981	(34.928)
Impostos e contribuições	207.417	190.166
Outras contas a pagar	(189.278)	149.573
Débitos das operações com seguros e resseguros	44.838	90.485
Depósitos de terceiros	(32.907)	39.811
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	118.222	49.523
Provisões judiciais	23.556	42.161
Passivos de arrendamento	(3.689)	2.838
Outros passivos	(187.239)	(166.965)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	275.000	193.282
Impostos sobre o lucro pagos	(183.692)	(217.544)
Juros sobre captação de recursos pagos	(589)	(11.228)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	845.661	46.631
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	340	31.227
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(26.712)	(23.717)
Intangível	(85.682)	(99.741)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(112.054)	(92.231)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(678.569)	(466.484)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(6.646)	(7.440)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(685.215)	(473.924)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	48.392	(519.524)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	110.655	697.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	159.047	177.881

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	—%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S/A.	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pelo Conselho de Administração na sua gestão da Companhia.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 – CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados as provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar de o CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

- (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) mensurados ao custo amortizado.

(i) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
vigente até 31/12/2023	vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve alteração nas políticas contábeis relevantes no período de 30 de junho de 2024, exceto pelas novas exigências decorrente da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.13.2 e 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de

fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2024.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.10 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de

Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
- (b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.
- (e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.6). Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 48,4%, e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,2%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Junho de 2024			Dezembro de 2023		
	Provisões técnicas e prêmios futuros ¹	Valor presente dos fluxos de caixa	Suficiência/ (insuficiência)	Provisões técnicas e prêmios futuros ¹	Valor presente dos fluxos de caixa	Suficiência/ (insuficiência)
Automóvel	5.764.917	4.643.580	1.121.337	5.927.287	4.818.051	1.109.237
Riscos Financeiros	1.181.184	786.729	394.455	1.048.821	764.168	284.653
Patrimonial	1.321.857	1.016.175	305.682	1.315.416	998.264	317.153
Vida Individual	699.369	516.645	182.724	642.002	474.227	167.774
Responsabilidades	116.986	53.633	63.353	123.236	56.841	66.396
Vida Coletivo	265.025	226.437	38.588	252.995	211.330	41.665
Transportes	126.228	100.082	26.146	120.528	100.507	20.021
Rural	48.646	26.070	22.576	37.944	27.843	10.101
Total	9.524.212	7.369.351	2.154.861	9.468.229	7.451.230	2.016.999

¹Provisões técnicas, incluindo prêmios e contribuições futuras (não registradas), líquidos dos custos de aquisição diferidos.

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos “impairment”, (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos

judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo Porto, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo Porto e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no período findo em 30 de junho de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2024, 89,0% (86,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA”.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
- (c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O “rating” foi atribuído pela agência de classificação de risco “Standard & Poor’s”:

Classe	Categoria de risco	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Local	A-	—	2.887
	AA-	20.602	14.243
	BB-	7.588	5.366
	A+	3.670	2.935
	BBB+	4.024	—
Admitida	A+	812	597
	AA-	11.652	8.132
Total de recebíveis de resseguro		48.348	34.160

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2024		Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	802.425	680.254	1.569.787	43.354
Fluxo de 1 a 30 dias	1.333.384	534.718	3.567.401	844.726
Fluxo de 2 a 6 meses	3.481.460	3.188.779	1.185.308	3.464.340
Fluxo de 7 a 12 meses	1.306.500	2.048.726	581.390	2.152.092
Fluxo acima de 1 ano	5.560.947	1.168.322	10.941.571	1.106.577
Total	12.484.716	7.620.799	17.845.457	7.611.089

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Inflação (IPCA/IGPM)	57,5%	51,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	29,0%	29,2%
Prefixados	8,1%	15,0%
Ações	2,2%	1,2%
Outros	3,2%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error”, “Benchmark-VaR” e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2024:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixado	+ 50 b.p.	(64.595)
	+ 25 b.p.	(33.156)
	+ 10 b.p.	(13.468)
	- 10 b.p.	13.468
	- 25 b.p.	33.156
	- 50 b.p.	64.595
Índices de preço	- 50 b.p.	(368.400)
	+ 25 b.p.	(201.339)
	+ 10 b.p.	(85.361)
	- 10 b.p.	85.361
	- 25 b.p.	201.339
Juros pós-fixados	- 50 b.p.	368.400
	+ 50 b.p.	(5.756)
	+ 25 b.p.	(4.797)
	+ 10 b.p.	(3.837)
	- 10 b.p.	3.837
	- 25 b.p.	4.797
Ações	- 50 b.p.	5.756
	± 36%	(59.710)
	± 18%	(29.855)
	± 9%	(14.928)

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Junho de
2024

Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	3.725.696	73,1%	972.528	77,4%	315.423	70,5%	428.427	80,9%	494.801	80,1%	5.936.875	74,7%
Sul	609.660	12,0%	167.351	13,3%	67.202	15,0%	77.136	14,6%	65.080	10,5%	986.429	12,4%
Nordeste	358.819	7,0%	55.164	4,4%	29.923	6,7%	8.202	1,5%	22.668	3,7%	474.776	6,0%
Centro Oeste	319.229	6,3%	46.563	3,7%	25.088	5,6%	15.471	2,9%	25.648	4,2%	431.999	5,4%
Norte	81.053	1,6%	14.877	1,2%	9.499	2,1%	553	0,1%	9.758	1,6%	115.740	1,5%
Total Geral	5.094.457	100,0%	1.256.483	100,0%	447.135	100,0%	529.789	100,0%	617.955	100,0%	7.945.819	100,0%

Junho de
2024

Líquido de Resseguro (*)

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	3.761.292	73,3%	972.720	77,5%	306.350	70,5%	427.297	80,9%	454.504	79,7%	5.922.163	74,8%
Sul	609.009	11,9%	166.331	13,2%	65.754	15,1%	76.866	14,6%	60.438	10,6%	978.398	12,4%
Nordeste	358.507	7,0%	55.169	4,4%	28.970	6,7%	8.130	1,5%	21.498	3,8%	472.274	6,0%
Centro Oeste	319.013	6,2%	46.564	3,7%	24.283	5,6%	15.417	2,9%	24.387	4,3%	429.664	5,4%
Norte	81.001	1,6%	14.877	1,2%	9.217	2,1%	531	0,1%	9.404	1,6%	115.030	1,5%
Total Geral	5.128.822	100,0%	1.255.661	100,0%	434.574	100,0%	528.241	100,0%	570.231	100,0%	7.917.529	100,0%

(*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos nos montantes líquidos de R\$ 28.282 (R\$ 27.252 em 31 e dezembro de 2023)

Dezembro de
2023

Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	685.384	6,5%	100.314	4,4%	48.091	5,5%	25.073	3,0%	49.252	4,2%	908.114	5,8%
Nordeste	782.918	7,4%	104.422	4,6%	54.579	6,3%	13.010	1,6%	39.885	3,4%	994.814	6,3%
Norte	174.321	1,6%	30.142	1,3%	18.357	2,1%	974	0,1%	16.007	1,4%	239.801	1,5%
Sudeste	7.637.416	72,0%	1.739.364	76,0%	617.626	71,2%	666.795	80,6%	856.103	80,4%	11.517.304	73,6%
Sul	1.328.908	12,5%	314.222	13,7%	129.152	14,9%	121.870	14,7%	126.245	10,5%	2.020.397	12,8%
Total Geral	10.608.947	100,0%	2.288.464	100,0%	867.805	100,0%	827.722	100,0%	1.087.492	100,0%	15.680.430	100,0%

Dezembro de
2023

Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	620.242	5,8%	91.613	4,1%	41.138	4,9%	22.943	2,8%	42.059	4,5%	817.995	5,2%
Nordeste	715.353	6,7%	93.268	4,2%	46.496	5,6%	11.992	1,5%	34.325	3,7%	901.434	5,8%
Norte	161.520	1,5%	27.240	1,2%	15.906	1,9%	840	0,1%	14.109	1,5%	219.615	1,4%
Sudeste	8.041.211	74,8%	1.756.158	78,1%	619.697	74,2%	676.529	82,1%	805.195	78,7%	11.898.790	76,0%
Sul	1.207.618	11,2%	279.249	12,4%	111.897	13,4%	111.818	13,6%	105.494	11,6%	1.816.076	11,6%
Total Geral	10.745.944	100,0%	2.247.528	100,0%	835.134	100,0%	824.122	100,0%	1.001.182	100,0%	15.653.910	100,0%

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas “Porto Seguro” e “Itaú Auto” para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(518.508)	(596.787)
Sinistros - aumento de 50,0%	(301.897)	412.513

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(39.380)	(92.074)
Sinistros - aumento de 50,0%	247.472	165.357

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	13.540	4.190
Sinistros - aumento de 50,0%	100.703	82.881

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que se tratam de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	6.406.343	6.554.728
(+/-) Ajustes contábeis	(4.314.704)	(4.468.644)
Participações societárias	(2.425.087)	(2.605.564)
Despesas antecipadas	(133.354)	(110.132)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(192.845)	(195.702)
Ativos intangíveis	(1.509.018)	(1.503.288)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(54.400)	(53.958)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(19.286)	(6.213)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(19.286)	(6.213)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(440.927)	(432.436)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(428.940)	(420.342)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(11.987)	(12.094)
PLA de nível 1	1.631.426	1.647.435
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	1.166.629	1.093.075
PLA de nível 2	1.166.629	1.093.075
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	428.940	420.342
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.987	12.094
PLA de nível 3	440.927	432.436
Excesso de Nível 2 (-)	(165.769)	(112.277)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.987)	(12.094)
Excesso de níveis 2 e 3	(177.756)	(124.371)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	3.061.226	3.048.575
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	2.859.600	2.802.281
Capital de risco de subscrição	2.583.919	2.521.609
Capital de risco de mercado	230.913	244.873
Capital de risco de crédito	192.448	191.587
Capital de risco operacional	105.545	105.898
Benefício da correlação entre riscos	(253.225)	(261.686)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	2.859.600	2.802.281
Suficiência de capital	201.626	246.294

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	139.252	51.171
	139.252	51.171

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.480	—	1.480	1.409	—	1.409
Outras	2.230	—	2.230	2.116	—	2.116
	3.710	—	3.710	3.525	—	3.525
Fundos exclusivos						
LFTs	1.388.136	—	1.388.136	739.967	—	739.967
Cotas de fundos	194.081	—	194.081	186.851	—	186.851
Letras Financeiras - privadas	—	128.545	128.545	—	214.729	214.729
Ações de companhias abertas	106.588	—	106.588	63.040	—	63.040
LTNs	—	—	—	1.022.725	—	1.022.725
NTNs - B	—	—	—	3.265	—	3.265
Outros	—	151.467	151.467	—	287.283	287.283
	1.688.805	280.012	1.968.817	2.015.848	502.012	2.517.860
Total	1.692.515	280.012	1.972.527	2.019.373	502.012	2.521.385
Circulante			1.970.297			2.519.269
Não circulante			2.230			2.116
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			43%			49%

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (*)		
NTNs - B	1.142.883	1.746.737
Total - não circulante	1.142.883	1.746.737

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 25% 35%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2024 era de R\$ 1.427.341 (R\$ 1.933.629 em 31 de dezembro de 2023).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos		
NTNs - B	1.427.586	788.206
Total - não circulante	1.427.586	788.206
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	31%	16%

(*) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2024 era de R\$ 1.395.442 (R\$ 777.850 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	5.107.499	4.277.486
Aplicações	2.269.685	4.783.111
Resgates	(2.783.594)	(4.623.756)
Rendimentos	186.223	569.045
Ajuste a valor de mercado	(97.565)	101.613
Saldo final	4.682.248	5.107.499

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	12.293.485	13.143.671
Passivo circulante	11.837.631	12.129.542
Índice de liquidez corrente	1,04	1,08

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	10,38	11,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA +	5,74	4,45
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,14
LTN	—	10,99
Carteira própria		
NTNs B - IPCA +	4,07	3,79

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2024				Dezembro de 2023	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.963.590	(1.855)	3.961.735	3.843.775	(6.103)	3.837.672
Riscos financeiros	1.160.205	(1.735)	1.158.470	1.024.912	(1.178)	1.023.734
Patrimonial	969.505	(2.663)	966.842	937.670	(3.819)	933.851
Pessoas	654.461	(9.769)	644.692	654.982	(12.240)	642.742
Transportes	70.014	(1.124)	68.890	34.863	(3.354)	31.509
Responsabilidade	39.892	(186)	39.706	37.217	(245)	36.972
Animal / rural	38.031	(36)	37.995	8.631	(421)	8.210
	6.895.698	(17.368)	6.878.330	6.542.050	(27.360)	6.514.690
Circulante			6.309.494			6.012.216
Não circulante			568.836			502.474

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2024				Dezembro de 2023	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	6.643.954	(730)	6.643.224	6.188.274	(1.223)	6.187.051
Vencidos até 30 dias	151.331	(214)	151.117	187.346	(633)	186.713
Vencidos 31 a 60 dias	26.008	(848)	25.160	29.638	(1.370)	28.268
Vencidos 61 a 90 dias	17.329	(968)	16.361	28.698	(1.745)	26.953
Vencidos 91 a 120 dias	8.502	(1.246)	7.256	12.346	(2.385)	9.961
Vencidos 121 a 180 dias	5.746	(1.496)	4.250	36.624	(5.933)	30.691
Vencidos 181 a 365 dias	7.097	(4.180)	2.917	21.785	(9.579)	12.206
Vencidos acima de 365 dias	35.731	(7.686)	28.045	37.339	(4.492)	32.847
	6.895.698	(17.368)	6.878.330	6.542.050	(27.360)	6.514.690

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	6.514.690	5.445.380
(+) Prêmios emitidos	8.889.991	17.374.536
(+) IOF	484.522	954.461
(+) Adicional de fracionamento	55.784	83.721
(-) Prêmios cancelados	(878.635)	(1.537.058)
(-) Recebimentos	(8.178.030)	(15.792.433)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(9.992)	(13.917)
Saldo final	6.878.330	6.514.690

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	(27.360)	(13.443)
Provisões constituídas	(1.302)	(18.099)
Reversões e baixas	9.299	(312)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	1.995	4.494
Saldo final	(17.368)	(27.360)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	1 a 5	40,8%	43,7%
	6 a 11	43,7%	47,7%
	12	15,6%	8,6%
Ramos Elementares	1 a 5	29,4%	62,4%
	6 a 11	48,5%	31,7%
	12	22,1%	5,9%
Vida	1 a 5	34,1%	27,9%
	6 a 11	20,8%	6,9%
	12	45,1%	65,2%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Contas a receber - diversos	42.627	50.688
Direito a ressarcimento (i)	36.678	35.822
Outros	502	581
	79.807	87.091
Circulante	75.171	81.021
Não circulante	4.636	6.070

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Junho de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	4.961	55,4%	4.665	57,4%
2º mês	3.391	14,4%	2.804	17,1%
3º mês	2.817	7,6%	2.184	5,9%
4º mês	2.341	4,5%	1.861	3,3%
5º mês	2.093	2,0%	1.707	2,2%
6º mês	1.918	1,6%	1.584	1,7%
7º mês	1.765	0,9%	1.493	1,2%
8º mês	1.660	0,7%	1.441	0,7%
9º mês	1.525	0,6%	1.387	0,8%
10º mês	1.471	0,8%	1.335	0,6%
11º mês	1.351	0,7%	1.273	0,4%
12º mês	1.250	0,6%	1.266	0,4%
13º ao 18º mês	5.657	0,7%	6.532	0,5%
19º ao 24º mês	3.098	2,7%	4.206	1,6%
25º ao 30º mês	1.233	2,2%	1.716	1,3%
Após o 30º mês	147	4,6%	368	4,9%
	36.678	100%	35.822	100%
Circulante	32.042		29.752	
Não circulante	4.636		6.070	

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	35.822	35.848
Constituições	856	1.275
Reversão	—	(1.301)
Saldo final	36.678	35.822

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	737.820	710.554
IRPJ	40.515	23.343
CSLL	15.805	5.888
INSS	13.906	13.698
PIS e COFINS	421	529
	808.467	754.012
Circulante	70.647	43.458
Não circulante	737.820	710.554

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Constituição	Reversão/ realização	Junho de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	310.086	9.286	(1.519)	317.853
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	74.760	48.066	(9.040)	113.786
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	94.509	6.135	(1.495)	99.149
Provisão de participação de lucros	102.909	81.867	(126.595)	58.181
Benefício a empregados	49.055	—	—	49.055
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	22.922	2.326	(670)	24.578
Provisão para riscos de créditos	8.190	3.847	(5.527)	6.510
Outras provisões	48.123	29.714	(9.129)	68.708
	710.554	181.241	(153.975)	737.820

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2024	192.156
2025	400.288
2026	10.687
2027	72.067
2028	3.840
2029 a 2031	8.574
Após 2031	50.208
Total - Ativo	<u>737.820</u>

11.1.3 PASSIVO

	<u>Dezembro de 2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão/ realização</u>	<u>Junho de 2024</u>
Natureza				
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	254.495	841	(3.366)	251.970
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	37.803	2.824	(968)	39.659
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.981	—	(926)	4.055
IR e CS outros	36.287	153.140	(148.638)	40.789
	<u>333.566</u>	<u>156.805</u>	<u>(153.898)</u>	<u>336.473</u>

(i) Vide nota explicativa nº 15.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>Junho de 2024</u>	<u>Junho de 2023</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.179.621	1.092.959
(-) Participações nos resultados	(206.182)	(209.921)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	<u>973.439</u>	<u>883.038</u>
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	<u>(389.376)</u>	<u>(353.215)</u>
Equivalência patrimonial	59.177	81.926
Juros sobre capital próprio	59.562	74.680
Inovação tecnológica	10.567	1.969
Incentivos fiscais	3.287	—
Outros	767	18.993
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	<u>133.360</u>	<u>177.568</u>
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	<u>(256.016)</u>	<u>(175.647)</u>
Taxa efetiva (D/-A)	<u>26,3%</u>	<u>19,9%</u>

12. OUTROS VALORES E BENS

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Bens à venda - salvados (i)	159.307	175.883
Direito a salvados - estimados (ii)	100.167	102.380
Ativo de direito de uso (iii)	88.968	95.408
Outros	—	1.363
	348.442	375.034
Circulante	118.262	179.891
Não circulante	231.696	195.143

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.

12.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Até 30 dias	96.857	61.925
De 31 a 60 dias	32.605	42.652
De 61 a 120 dias	19.481	42.939
De 121 a 365 dias	27.035	35.971
Acima de 365 dias	17.425	18.672
	193.403	202.159
Redução ao valor recuperável (*)	(34.096)	(26.276)
	159.307	175.883

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Junho de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	33.952	13,9%	33.062	18,6%
2º mês	15.036	43,0%	15.548	43,1%
3º mês	7.957	19,5%	8.501	17,8%
4º mês	5.975	7,3%	6.252	4,9%
5º mês	4.661	3,4%	4.884	3,2%
6º mês	3.705	2,4%	3.986	2,2%
7º mês	3.227	1,2%	3.564	1,4%
8º mês	2.870	1,0%	3.182	0,9%
9º mês	2.563	1,0%	2.781	0,8%
10º mês	2.219	0,8%	2.441	0,6%
11º mês	1.907	0,5%	2.164	0,8%
12º mês	1.746	0,5%	1.878	0,5%
13º ao 18º mês	7.475	0,4%	7.987	0,4%
19º ao 24º mês	4.182	1,9%	3.958	1,8%
25º ao 30º mês	2.149	1,0%	1.672	0,8%
Após o 30º mês	543	2,2%	520	2,2%
Total	100.167	100%	102.380	100%

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	102.380	98.155
Constituições	1.503	4.225
Reversões	(3.716)	—
Saldo final	100.167	102.380

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2024		Dezembro de 2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	161.978	(73.010)	160.005	(64.597)	95.408

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO – MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Movimentações		Saldo em 30 de junho de 2024
		Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	
Direito de uso	95.408	1.787	(8.227)	88.968

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	1.033.229	1.052.874
Patrimonial	357.734	343.314
Riscos financeiros	212.527	190.557
Pessoas	161.436	157.314
Outros	24.015	21.931
	1.788.941	1.765.990
Circulante	1.679.054	1.667.602
Não circulante	109.887	98.388

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 30 de junho de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.765.990	1.517.197
Constituição	1.582.174	3.065.532
Apropriação para despesa	(1.559.223)	(2.816.739)
Saldo final	1.788.941	1.765.990

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
PIS (*)	598.035	584.962
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	415.542	407.524
Sinistros	23.134	20.126
INSS	2.295	2.221
Outros	54.905	58.057
	1.093.911	1.072.890

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial		Ajuste TVM controladas	Amortização ágio	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 30 de junho de 2024
			Dividendos						
Azul Seguros	100,0	1.256.564	113.497	(231.000)	1.807	—	(4.036)	—	1.136.833
Porto Vida	100,0	348.450	3.596	—	(13.895)	—	(133)	(23.261)	314.757
Porto Capitalização	100,0	172.469	18.153	(17.000)	(9.363)	—	(14)	—	164.245
Itaú Auto e Residência	100,0	99.541	12.696	(27.000)	—	—	(738)	—	84.499
Combinação de Negócios (i)		983.035	—	—	—	(6.311)	—	—	976.724
		2.860.059	147.942	(275.000)	(21.451)	(6.311)	(4.921)	(23.261)	2.677.057

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Decorrente da reorganização societária em 2023, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2022, adotada a partir de janeiro de 2024 conforme indicado na nota explicativa nº 2.6.

16. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2024			Dezembro de 2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(319)	10.306	10.625	(213)	10.412
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	194.349	(69.545)	124.804	191.775	(67.084)	124.691
Terrenos	—	1.682	—	1.682	1.682	—	1.682
Informática	20,0 a 33,3	549.718	(423.614)	126.104	533.453	(392.805)	140.648
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	62.550	(61.703)	847	70.551	(72.806)	(2.255)
Rastreadores	100,0	5.635	(4.219)	1.416	4.699	(2.648)	2.051
Equipamentos	10,0 a 14,3	31.919	(29.277)	2.642	32.011	(33.021)	(1.010)
Veículos	20,0 a 25,0	8.255	(7.494)	761	8.279	(7.342)	937
		864.733	(596.171)	268.562	853.075	(575.919)	277.156

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações				Saldo líquido em 30 de junho de 2024
		Aquisições	Despesas de depreciação	Baixas/ vendas	Outros / transferência	
Edificações	10.412	—	(106)	—	—	10.306
Benfeitorias em imóveis de terceiros	124.691	6.381	(6.183)	(85)	—	124.804
Terrenos	1.682	—	—	—	—	1.682
Informática	140.648	19.121	(25.474)	(152)	(8.039)	126.104
Móveis, máquinas e utensílios	(2.255)	—	(925)	(12)	4.039	847
Rastreadores	2.051	1.210	(1.710)	(24)	(111)	1.416
Equipamentos	(1.010)	—	(458)	(1)	4.111	2.642
Veículos	937	—	(158)	(18)	—	761
	277.156	26.712	(35.014)	(292)	—	268.562

17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Junho de 2024			Dezembro de 2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	2.364.566	(867.624)	1.496.942	2.281.373	(791.073)	1.490.300
Outros intangíveis	20	54.755	(42.679)	12.076	54.755	(41.767)	12.988
		2.419.321	(910.303)	1.509.018	2.336.128	(832.840)	1.503.288

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Movimentações			Saldo líquido em 30 de junho de 2024
		Aquisições	Despesas de amortização	Baixas/ vendas	
"Software"	1.490.300	85.682	(77.309)	(1.731)	1.496.942
Outros intangíveis	12.988	—	(912)	—	12.076
	1.503.288	85.682	(78.221)	(1.731)	1.509.018

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	252.126	327.353
Provisão de benefícios a empregados	95.001	90.578
Participação nos lucros a pagar (i)	42.499	206.663
Honorários a pagar	4.670	2.608
Outros	28.062	26.179
	422.358	653.381
Circulante	325.944	562.803
Não circulante	96.414	90.578

(i) Os pagamentos são efetuados em fevereiro e abril.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
IOF	380.391	362.106
INSS e FGTS	30.926	32.683
IRRF	26.847	35.924
ISS	5.247	7.055
Outros	5.023	5.636
Total	448.434	443.404

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Empréstimos bancários (i)	164.831	155.290
Financiamentos - informática	7.892	13.949
	172.723	169.239
Circulante	92.692	158.711
Não circulante	80.031	10.528

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Emissão	Vencimento	Remuneração (a.a.)	Junho de 2024	Dezembro de 2023
120.000	2024	2027	1,37% CDI (*)	121.410	114.453
8.109	2022	2026	100% CDI + 1,90%	11.275	10.615
9.000	2022	2026	100% CDI + 1,24%	11.129	10.462
7.537	2021	2024	100% CDI + 2,10%	10.904	10.253
8.135	2022	2026	100% CDI + 2,24%	10.113	9.507
Total				164.831	155.290

(*) A Companhia recontratou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R\$ 2,4% do CDI.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	155.290	13.949	169.239
Atualização monetária	9.541	—	9.541
Juros	—	589	589
Liquidação/reversão	—	(6.646)	(6.646)
Saldo em 30 de junho de 2024	164.831	7.892	172.723

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Junho de 2024			Dezembro de 2023	
	Vencidos de 1 a 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Total	Vencidos 1 a 30 dias	Total
Outros depósitos	15.744	5.881	21.625	54.532	54.532
Total	15.744	5.881	21.625	54.532	54.532

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir:

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS – “AGING”

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	549.659	506.631
Vencidos até 30 dias	13.001	15.201
Vencidos 31 a 60 dias	2.267	2.405
Vencidos 61 a 120 dias	2.223	3.330
Vencidos acima de 120 dias	5.307	3.247
	572.457	530.814

22. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	Junho de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.760.328	8.710.009	8.773.035	8.717.436
Sinistros e benefícios a liquidar	1.932.779	1.861.206	1.814.830	1.716.531
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	307.309	268.018	348.530	311.531
Demais provisões	132.955	132.955	122.600	122.599
Total	11.133.371	10.972.188	11.058.995	10.868.097
Circulante	9.988.787		10.036.959	
Não circulante	1.144.584		1.022.036	

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.668.837	170.189
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	15.828.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(198.585)
Aviso de sinistros	7.261.638	98.350
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.583.763)	(39.218)
Atualização monetária e juros	31.734	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.995	190.896
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	7.962.323	61.401
Diferimento pelo risco decorrido	(8.103.556)	(452.086)
Aviso de sinistros	3.994.410	33.149
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.812.020)	4.438
Atualização monetária e juros	33.219	1.019
Saldo em 30 de junho de 2024	11.133.371	(161.183)

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	11.133.372	11.058.995
Direitos creditórios (i)	5.651.402	5.456.687
Custos de aquisição diferidos pagos	1.274.093	1.270.572
Operações com resseguradoras	111.575	136.750
Depósitos judiciais de PSL	7.406	3.853
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	7.046.027	6.869.413
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	4.087.345	4.189.582
Títulos de renda fixa - públicos	1.142.883	1.746.737
Quotas de fundos de investimento	3.473.642	3.254.788
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	4.616.525	5.001.525
Excedente (D - C)	529.180	811.943

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro, e demonstra os movimentos a partir dos avisos até o pagamento:

Bruto de resseguro											Junho
Administrativo - avisados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.280	3.516	4.061	4.207	4.702	4.119	5.196	6.850	6.539	3.606	
Dois anos mais tarde	3.334	3.550	4.121	4.256	4.782	4.255	5.364	7.135	6.761	—	
Três anos mais tarde	3.342	3.555	4.128	4.272	4.801	4.272	5.388	7.146	—	—	
Quatro anos mais tarde	3.343	3.557	4.133	4.278	4.805	4.292	5.392	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	3.344	3.560	4.122	4.280	4.787	4.292	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	3.347	3.561	4.123	4.281	4.787	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	3.347	3.561	4.124	4.281	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	3.347	3.561	4.124	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	3.347	3.561	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	3.348	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total
Movimentações	3.348	3.561	4.124	4.281	4.787	4.292	5.392	7.146	6.761	3.606	47.298

Bruto de resseguro											Junho
Administrativo - pagos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.900	3.146	3.544	3.717	4.186	3.532	4.418	5.982	5.457	2.612	
Dois anos mais tarde	3.343	3.551	4.104	4.258	4.782	4.262	5.353	7.086	6.608	—	
Três anos mais tarde	3.358	3.565	4.119	4.277	4.809	4.291	5.369	7.105	—	—	
Quatro anos mais tarde	3.362	3.568	4.126	4.284	4.816	4.299	5.372	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	3.364	3.571	4.128	4.286	4.818	4.288	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	3.371	3.572	4.129	4.290	4.786	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	3.371	3.573	4.130	4.281	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	3.371	3.576	4.123	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	3.371	3.561	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	3.347	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total
Pagamentos	3.347	3.561	4.123	4.281	4.786	4.288	5.372	7.105	6.608	2.612	46.083
Passivo em junho de 2024	—	1	1	—	1	5	20	41	153	994	1.216
								PSL anos anteriores			6
									IBNR		295
									IBNeR		303
								Provisão de sinistros			1.820

Líquido de resseguro											Junho
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Administrativo - avisados											
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.249	3.396	3.991	4.148	4.629	3.957	5.051	6.767	6.424	3.581	
Dois anos mais tarde	3.349	3.430	4.011	4.185	4.690	4.055	5.210	7.038	6.629	—	
Três anos mais tarde	3.355	3.434	4.016	4.201	4.708	4.069	5.233	7.033	—	—	
Quatro anos mais tarde	3.356	3.435	4.020	4.205	4.710	4.088	5.237	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	3.357	3.437	4.010	4.203	4.691	4.087	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	3.360	3.438	4.011	4.204	4.691	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	3.359	3.439	4.012	4.205	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	3.360	3.439	4.012	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	3.360	3.439	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	3.360	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total
Movimentações	3.360	3.439	4.012	4.205	4.691	4.087	5.237	7.033	6.629	3.581	46.274

Líquido de resseguro											Junho		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
Administrativo - pagos													
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.880	3.108	3.532	3.699	4.167	3.504	4.388	5.967	5.445	2.604			
Dois anos mais tarde	3.298	3.498	4.047	4.217	4.736	4.168	5.281	7.037	6.514	—			
Três anos mais tarde	3.311	3.510	4.061	4.233	4.759	4.189	5.293	6.996	—	—			
Quatro anos mais tarde	3.315	3.513	4.068	4.239	4.765	4.195	5.219	—	—	—			
Cinco anos mais tarde	3.317	3.515	4.070	4.241	4.767	4.083	—	—	—	—			
Seis anos mais tarde	3.324	3.517	4.071	4.242	4.690	—	—	—	—	—			
Sete anos mais tarde	3.324	3.517	4.072	4.204	—	—	—	—	—	—			
Oito anos mais tarde	3.324	3.520	4.011	—	—	—	—	—	—	—			
Nove anos mais tarde	3.324	3.438	—	—	—	—	—	—	—	—			
Dez anos mais tarde	3.360	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Total		
Pagamentos	3.360	3.438	4.011	4.204	4.690	4.083	5.219	6.996	6.514	2.604	45.119		
Passivo em junho de 2024	—	1	—	—	1	4	18	37	114	977	1.152		
											PSL anos anteriores	6	
												IBNR	247
												IBNeR	300
												Provisão de sinistros	1.705

Líquido de resseguro Judicial - avisados	Junho										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros avisados até a data-base	32	30	33	38	39	51	77	72	61	24	
Dois anos mais tarde	40	48	64	69	70	98	121	104	99	—	
Três anos mais tarde	61	67	78	90	88	112	129	118	—	—	
Quatro anos mais tarde	67	77	90	100	95	114	137	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	73	84	88	103	112	119	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	77	90	89	110	119	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	80	96	92	110	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	81	86	92	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	81	85	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	86	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	86	85	92	110	119	119	137	118	99	24	989

Líquido de resseguro Judicial - pagos	Junho										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	12	16	17	20	30	18	14	5	
Dois anos mais tarde	28	24	29	33	35	37	51	39	33	—	
Três anos mais tarde	35	38	43	49	45	47	66	56	—	—	
Quatro anos mais tarde	43	48	54	58	55	59	79	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	50	55	62	72	65	74	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	58	60	65	78	78	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	61	66	68	84	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	63	67	67	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	64	72	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	70	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pagamentos	70	72	67	84	78	74	79	56	33	5	618
Passivo em junho de 2024	17	14	25	27	41	45	58	62	66	19	374
								PSL anos anteriores			46
									IBNR		31
									IBNeR		81
								Provisão de sinistros			532

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR – JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2024		Dezembro de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	439.992	402.151	414.081	366.631
Pagamentos no período	(60.773)	(50.694)	(101.381)	(91.300)
Novas constituições no período	85.029	78.227	114.849	110.043
Baixas da provisão por êxito	(43.100)	(39.652)	(65.947)	(57.331)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	22.188	20.413	47.109	45.955
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	31.218	29.485	31.281	28.153
Saldo final	474.555	439.930	439.992	402.151
Quantidade de processos	11.225		10.546	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais (a)	890.511	871.095
Cíveis	39.826	36.176
Trabalhistas	21.622	21.132
Total	951.959	928.403

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
PIS (i)	558.138	545.873
Processos com adesão ao REFIS (ii)	298.912	293.004
Outros (iii)	33.461	32.218
	890.511	871.095

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Companhia.

23.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	871.095	21.132	36.176	928.403
Constituições	—	4.715	9.208	13.923
Êxito/reversões	—	(3.889)	(6.360)	(10.249)
Pagamentos	—	(1.177)	(1.978)	(3.155)
Atualização monetária	19.416	841	2.780	23.037
Saldo em 30 de junho de 2024	890.511	21.622	39.826	951.959
Quantidade de processos	16	326	811	1.153

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais e previdenciárias (a)	898.082	850.598
Cíveis	207.155	196.283
Trabalhistas	3.355	2.716
Total	1.108.592	1.049.597

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 420.842 (R\$ 295.656 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 220.130 (R\$ 163.528 de possível impacto no lucro líquido).

24. DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	189.408	(52.363)	137.045
Novos contratos	1.786	—	1.786
Apropriação dos juros	—	8.122	8.122
Pagamentos	(13.597)	—	(13.597)
Saldo em 30 de junho de 2024	177.597	(44.241)	133.356
Circulante			25.963
Não circulante			107.393

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.634.799, dividido em 698.592.826 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do período no montante de R\$ 2.331 em 30 de junho de 2024 (R\$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS**(i) RESERVA LEGAL**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo

obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2024, a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R\$ 122.000 em 30 de janeiro; (ii) R\$ 240.000 em 29 de fevereiro; (iii) R\$ 120.000 em 28 de março; (iv) R\$ 50.000 em 28 de maio; e (v) R\$ 20.000 em 28 de junho, totalizando R\$ 552.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 2024, a Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria realizadas em 28 de março e 28 de junho, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 63.431 e R\$ 63.138 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou

indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	139.905	87.325
Diferimento do período	53.077	125.878
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(115.621)	(73.298)
Saldo final	77.361	139.905
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	29,38	28,92

	Quantidade	
	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	4.313.614	2.004.583
Diferimento do período	1.714.928	4.379.881
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	3.972.835	(2.070.850)
Saldo final	10.001.377	4.313.614

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.464.095	3.706.513	59,2	22,7
Resp. civil facultativa veículos	982.271	1.013.695	51,4	18,8
Demais - automóveis	675.625	649.460	43,6	18,7
Compreensivo empresarial	500.858	493.554	29,7	27,3
Vida individual e grupo	394.493	377.131	57,1	30,0
Fiança locatícia	506.025	383.132	42,8	19,5
Demais - vida	301.643	294.199	2,3	30,7
Compreensivo residencial	535.592	475.635	41,9	33,7
Demais - patrimonial	203.611	205.946	31,9	18,8
Demais - transportes	124.606	125.182	28,1	22,9
Demais - rural	49.446	30.506	24,4	12,1
Demais ramos	224.059	220.076	37,8	23,1
	7.962.324	7.975.029	49,2	23,2

	Junho de 2023			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.580.793	3.575.154	56,7	21,5
Resp. civil facultativa veículos	914.986	882.407	61,7	18,4
Demais - automóveis	564.728	535.086	50,5	18,6
Compreensivo empresarial	435.808	409.154	37,4	28,1
Vida individual e grupo	386.852	353.690	40,4	29,7
Fiança locatícia	365.591	323.500	53,3	19,8
Demais - vida	262.463	255.323	24,4	29,1
Compreensivo residencial	353.838	247.075	50,5	31,2
Demais - patrimonial	188.564	179.875	34,8	20,8
Demais - transportes	107.324	104.127	38,5	22,9
Demais - rural	45.098	26.964	25,3	12,2
Demais ramos	200.336	187.608	16,0	22,2
	7.406.381	7.079.963	51,4	22,2

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2024		Junho de 2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.755	4.500	(300.283)	(300.781)
Provisão de riscos não expirados	(21.490)	(21.490)	(23.946)	(23.946)
Outras provisões	26.440	26.440	(2.189)	(2.189)
	12.705	9.450	(326.418)	(326.916)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Junho de 2024	Junho de 2023
Sinistros avisados - administrativo	(3.472.712)	(3.163.691)
Porto Socorro	(760.057)	(635.137)
Sinistros avisados - judicial	(66.134)	(49.548)
Salvados	413.682	343.130
Ressarcimentos	130.881	128.602
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (i)	35.131	(66.978)
Outras despesas com sinistros (ii)	(202.092)	(192.898)
	<u>(3.921.301)</u>	<u>(3.636.520)</u>

(i) Esta variação deve-se aos sinistros ocorridos decorrente do desastre climático no Rio Grande do Sul em maio de 2024.

(ii) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Junho de 2024	Junho de 2023
Comissões sobre prêmios retidos	(1.804.658)	(1.573.897)
Outras despesas de comercialização	(70.122)	(54.063)
Variação das despesas de comercialização diferidas	24.666	56.191
	<u>(1.850.114)</u>	<u>(1.571.769)</u>

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2024	Junho de 2023
Cobrança	(41.959)	(33.929)
Encargos sociais	(15.882)	(14.865)
Provisão para redução ao valor recuperável	(8.986)	(5.069)
Benefícios concedidos a segurados	(2.754)	(7.441)
Assistência	(7.279)	(7.342)
Dispositivo anti-furto	(5.602)	(5.854)
Provisões cíveis	(4.981)	(5.222)
Honorários advocatícios	(4.475)	(3.103)
Outras	(5.934)	(12.189)
	<u>(97.852)</u>	<u>(95.014)</u>

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2024	Junho de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(822.298)	(802.248)
Serviços de terceiros	(437.105)	(409.393)
Localização e funcionamento	(194.698)	(175.698)
Publicidade e propaganda	(68.903)	(55.137)
Donativos e contribuições	(12.211)	(9.574)
Publicações	(280)	(253)
Despesas administrativas diversas (*)	553.592	535.434
Total	(981.903)	(916.869)

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Junho de 2024	Junho de 2023
COFINS	(185.420)	(164.903)
PIS	(30.130)	(26.797)
Outras	(10.981)	(7.413)
	(226.531)	(199.113)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2024	Junho de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	159.852	191.700
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	70.786	103.136
Operações de seguros	55.784	36.430
Variações monetárias dos depósitos judiciais	23.134	29.340
Outras	34.222	29.204
Total de receitas financeiras	343.778	389.810
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(49.903)	(36.294)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(39.999)	(12.991)
Operações de seguros	(33.225)	(29.812)
Despesas com empréstimos bancários	(11.101)	(11.091)
Juros de arrendamento	(8.119)	(8.173)
categorias	(4.416)	—
Outras	(21.043)	(16.695)
Total de despesas financeiras	(167.806)	(115.056)
Resultado financeiro	175.972	274.754

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do Grupo Porto;
- (ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;
- (iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;
- (iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;
- (v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Prestação de serviços de “Call Center” contratados da Porto Atendimento;
- (viii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (ix) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência/ CDF (*).

Os saldos a receber por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	
	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Portoseg	1.571.746	1.501.464
Azul Seguros	33.059	38.936
Porto Saúde	14.895	13.463
CDF Ltda	11.313	—
Porto Consórcio	9.577	9.094
Porto Atendimento	6.965	5.666
Itaú Auto e Residência	2.392	3.611
Porto Vida	2.263	1.596
Portocap	1.820	1.281
Porto Assistência/ CDF (*)	—	6.507
Demais	7.583	6.064
	1.661.613	1.587.682

(*) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF fevereiro/2024.

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2024	Junho de 2023	Junho de 2024	Junho de 2023
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	175.002	157.287	—	—
Portoseg	111.044	116.529	(9.769)	(7.078)
Porto Saúde	82.238	67.084	(74.157)	(64.780)
Porto Consórcio	53.224	39.945	—	(20)
CDF Ltda	48.037	—	(449.568)	—
Porto Atendimento	42.286	39.749	(45.343)	(21.518)
Itaú Auto e Residência	13.803	20.416	—	—
Porto Vida	11.670	14.746	—	—
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	7.928	6.501	(533)	(486)
Porto Assistência/ CDF (*)	—	47.937	(219.722)	(596.415)
Demais	32.337	32.317	(19.966)	(26.103)
	577.569	542.511	(819.058)	(716.400)

34.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2024	Junho de 2023
Participação nos lucros – administradores	57.008	70.371
Honorários de diretoria e encargos	19.550	15.677
	19.550	86.048

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

35.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2024	Junho de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	717.423	707.391
Média ponderada do número de ações durante o período	698.593	677.378
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	1,0270	1,0443

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de julho de 2024 e em 16 de julho de 2024, a SUSEP homologou por meio das Portarias CGRAJ/ SUSEP nº 2.082 e nº 2.094, respectivamente, o aumento e a redução de capital social da Companhia, sendo o novo capital social no valor de R\$ 3.821.949, dividido em 719.113.141 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

38. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria aprovou esta demonstração financeira intermediária em conjunto com as informações trimestrais de 30 de junho de 2024 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da companhia abrange todas as sociedades do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

* * *